



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008780-38.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Ingresso e Concurso**
 Requerente: **Walefy de Moura Franco**
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

VISTOS.

Trata-se de Ação de Ordinária proposta por **WALEFY DE MOURA FRANCO** contra a **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, alegando, em síntese, que foi contratado nos termos da Lei nº 11.064/2002, que instituiu o Serviço Auxiliar Voluntário, de 21/08/2012 A 21/08/2014, para exercer a função de Soldado Policial Militar Temporário, recebendo auxílio-mensal de 2 salários mínimos, e, expirado o prazo do contrato por tempo determinado, houve a dispensa com o rompimento do vínculo. Aduz que faz jus ao recebimento de férias acrescida do terço constitucional, décimo terceiro salário, adicional de insalubridade de local de exercício, pagos a todos os policiais militares, uma vez que existe típica relação de trabalho, sujeitando-se à mesma jornada de trabalho e às mesmas funções exercidas pelos policiais militares efetivos, com subordinação, pessoalidade, não eventualidade e onerosidade, já tendo a referida Lei sido declarada inconstitucional pelo Órgão Especial do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo. Requereu a condenação da requerida no pagamento das verbas referidas, no período em que exerceu a atividade, com os acréscimos legais, bem como proceder o recolhimento da contribuição previdenciária e FGTS, com a devida anotação do contrato de trabalho em sua CTPS.

Citada, a ré apresentou contestação (fls. 149/163). Sustentou a constitucionalidade da Lei Federal nº 10.029/2000 e da Lei Estadual nº 11.064/2002. Alegou, em suma, que o autor foi admitido na Corporação na qualidade de voluntário, fazendo jus apenas a uma ajuda de custo, de natureza indenizatória, destinada ao custeio de suas despesas na prestação de seus serviços, conforme dispõe a Lei nº 10.029/2000, sem qualquer direito de natureza trabalhista ou previdenciária, requerendo, ao final, a improcedência do pedido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

É o relatório.

Fundamento e decido.

Estando presente a hipótese do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo o feito no estado em que se encontra.

Trata-se de ação ordinária por meio da qual o autor, soldado da Polícia Militar Temporário, contratado nos termos da Lei Estadual nº 11.064/2002, pretende:

- a) o pagamento de férias + 1/3, 13º salário, adicional de exercício e adicional de insalubridade;
- b) anotação do contrato de trabalho em CTPS, recolhimento de contribuições previdenciárias e de FGTS.

A ação é parcialmente procedente.

A matéria já foi apreciada pelo Órgão Especial do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ao julgar o Incidente de Inconstitucionalidade n.º 175.199-0/0, assim ementado:

Ementa: INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE LEI FEDERAL 10.029/2000 E LEI ESTADUAL 11.064/2002 QUE DISCIPLINAM A CONTRATAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS TEMPORÁRIOS PARA AS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE BOMBEIROS INCONSTITUCIONALIDADES FLAGRANTES FORMA DE ADMISSÃO E DE REMUNERAÇÃO NÃO PREVISTAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - ENTENDIMENTO - SUPRESSÃO DE DIREITOS SOCIAIS DO TRABALHADOR CONTRATAÇÃO QUE ADEMAIS, DEVERIA OBSERVAR O PRÉVIO CONCURSO PÚBLICO, JÁ QUE AS FUNÇÕES DESEMPENHADAS POR POLICIAIS MILITARES SÃO PERMANENTES INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA. (9221852-31.2009.8.26.0000 Ação Direta de Inconstitucionalidade de Lei Relator(a): A.C.Mathias Coltro Comarca: São Paulo Órgão julgador: Órgão Especial Data do julgamento: 05/08/2009 Data de registro: 20/08/2009 Outros números: 1751990000).

Dessa forma, procede a pretensão do autor de recebimento de diferenças no período em que foram prestados os serviços, sob pena de enriquecimento sem causa da Administração Pública. A parte autora, ainda que contratada irregularmente, prestou serviços idênticos ao do PM efetivo. A natureza e complexidade das funções desempenhadas (art. 7º, V, e art. 39, § 1º, I, ambos da CF) são exatamente as mesmas, nada justificando, portanto, a disparidade remuneratória. Ainda que nula a contratação, a parte autora deve



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

receber as diferenças para que o Poder Público não se locuplete indevidamente às custas de uma contratação irregular.

Desse modo, deve o autor ter o mesmo tratamento concedido aos policiais militares efetivos, no que tange às vantagens pecuniárias. Faz jus, portanto as férias acrescidas de um terço, décimo terceiro salário, adicional de insalubridade e ao adicional de local de exercício, segundo o local de lotação do autor, pelo período laborado.

Neste sentido é a Jurisprudência:

POLICIAL MILITAR TEMPORÁRIO. Contratação segundo Lei Federal nº 10.029/2000 e Estadual nº 11.064/2002. Declaradas inconstitucionais pelo Órgão Especial. Vantagens pecuniárias. Pagamento devido. Jornada de trabalho, atividades e subordinação. Os mesmos dos policiais militares efetivos. Igualdade de tratamento. Direito às mesmas vantagens dos policiais efetivos. Verbas trabalhistas. Vantagens indevidas. Devido o adicional de local de exercício de acordo com o local de lotação do servidor, além das vantagens concedidas pela sentença. Sucumbência recíproca. Parcialmente provido o recurso do autor e não providos o da Fazenda do Estado e o reexame necessário. (Apelação/Reexame Necessário nº 0001511-76.2009.8.26.0597, 12ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo. São Paulo, 7 de dezembro de 2011. Rel. Des. EDSON FERREIRA).

Por outro lado, não procedem os pedidos de recolhimento da contribuição previdenciária e FGTS e anotação do trabalho na CTPS da parte autora. É que a contratação não segue as regras da CLT e a procedência, aqui, desnaturaria a relação firmada entre as partes, aliás relação irregular¹. Neste mesmo sentido já decidiu o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

POLICIAL MILITAR TEMPORÁRIO - Pretensão ao recebimento do 13º salário, férias, Adicional de Insalubridade e Adicional de Local de Exercício. Admissibilidade. Critério estabelecido pelas legislações nº 10.029/00 e 11.064/02, declaradas inconstitucionais pelo Colendo Órgão Especial. Reconhecimento do vínculo estatutário, ainda que temporário, uma vez que o ingresso na corporação se deu por concurso público, descaracterizada a transitoriedade da contratação para atender a excepcional interesse público. Inviável, contudo, averbação do tempo de serviço prestado, em face da ausência de descontos a título de contribuição previdenciária. Precedentes. Recurso provido,

¹ Argumentos acima extraídos da sentença de lavra do i. magistrado Daniel Felipe Scherer Borborema.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

em parte. (Apelação nº 0008645-66.2012.8.26.0269, 6ª Câmara de Direito Público, Rel. Des. EVARISTO DOS SANTOS, j. em 20.5.2013).

Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido e CONDENO a requerida à pagar as diferenças remuneratórias entre o que a parte autora recebeu durante todo o período da prestação de serviços e o que receberia um Soldado PM efetivo, adicional de local de serviço, adicional de insalubridade/periculosidade, 13º salário, indenização por férias não gozadas e terço constitucional de férias, mês a mês, observada a prescrição quinquenal.

As verbas atrasadas serão corrigidas monetariamente (de acordo com a tabela do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo modulada em razão da declaração de inconstitucionalidade da Lei Federal nº 11.960/09) a partir dos respectivos vencimentos e acrescidas de juros de mora (nos termos da Lei Federal nº 11.960/09, não declarada inconstitucional neste ponto) a partir da citação.

Face à sucumbência recíproca, cada parte arcará com a totalidade dos honorários advocatícios de seu respectivo patrono, bem como com a metade das custas e despesas processuais, observada a A.J.G. concedida à parte autora.

P. R. I. C.

São Carlos, 17 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**